

acirramentos e tensões no movimento feminista identitário: radfems *versus* trans

lúcia soares

O movimento feminista e de mulheres nunca foi homogêneo, reconfigura-se e se transforma. Paradoxos e perspectivas díspares ocorrem no interior do movimento feminista, com suas correntes de pensamento, vertentes e práticas. Atualmente, os feminismos estão atravessados por questões étnico-raciais, geracionais, religiosas, de gênero e orientação sexual, entre outras. Grupos feministas continuam a abordar temas espinhosos, como o aborto, a sexualidade e a violência, suscitando discussões teóricas e práticas. Desconfortam determinados setores da sociedade e despertam anseios outrora adormecidos. Ao mesmo tempo, reivindicam mais direitos e representatividade em nome da visibilidade e do reconhecimento. Contudo, há também grupos de mulheres que inventam relações horizontais a partir de experimentações e rompem com práticas verticais. Subvertem a autoridade circunscrita a representantes e representados, produzem outros jeitos de vida.

*Lúcia Soares é pesquisadora no nu-sol, doutora, socióloga e professora universitária.
Contato: lucia.s.s.@uol.com.br*

Este texto parte de uma inquietação surgida entre junho e julho de 2020, às vésperas da ANPUH-SP 2020¹, no “GT — Racionalidade Neoliberal, Crítica do Presente e Feminismos”, coordenado pela Prof.^a Margareth Rago e Prof. Edson Passetti. Em minhas pesquisas na internet sobre grupos e coletivos feministas, deparei-me com um acirramento, ou até um “confronto virtual”, por parte das chamadas *radfems*, feministas radicais, e as *transfeministas*, mulheres transexuais e travestis. Nas redes sociais e em blogs encontram-se zines, textos, entrevistas e discussões sobre a mulher no contexto do sexo biológico e a mulher no contexto da construção social. O cerne é: *quem é mulher? O que é ser mulher?*

O cyberfeminismo, ao incorporar as tecnologias de informação e comunicação, redimensionou a discussão política do movimento feminista com suas vertentes, e até mesmo as teorias e práticas femininas na Internet. Redes sociais acessíveis como, Facebook, Twitter, YouTube, Instagram e blogs, formam e disseminam rapidamente uma opinião pública e entrelaçam os discursos feministas com a vida cotidiana.

Na última década, o cyberfeminismo ampliou-se quando grupos feministas das mais diversas procedências passaram a fazer maior uso da Internet. O intuito era estabelecer uma comunicação, outras formas de relacionamento, o compartilhamento de informações e conteúdo, e propiciar mobilizações de acordo com cada segmento identitário, nos quais se inserem questões de mulheres, dos feminismos articulados. Em 2015, um grupo de jovens mulheres ativistas entra em cena, com reivindicações nas ruas e nas redes sociais, repudiando todas as formas de machismo, misoginia, sexismo, dominação e exploração.

As manifestações daquele ano ficaram conhecidas como “Primavera Feminista no Brasil”², e a forma mais expressiva de mobilização foi por meio das redes sociais.

Nas redes sociais, ao mesmo tempo em que feministas denunciam violências, como o assassinato de mulheres, racismo, desigualdade social etc., também exaltam suas lutas e conquistas. Os atuais questionamentos vão ao encontro do discurso sobre “uma nova mulher”, no qual se inserem questões específicas de grupos sexuais minoritários³, sejam mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis, com intersecções de raça, classe social, orientação sexual, gênero, entre outros.

O redimensionamento das correntes feministas com suas especificidades expõe uma tensão à flor da pele entre dois segmentos: as feministas radicais — radfem, e as feministas trans — transexuais e travestis. Esta polarização pode ser observada nos blogs *Feminismo com Classe*, *Blogueiras Radicais*, *Transfeminismo*, *Monstruosas* e a revista *QG Feminista*.

radfem

“O feminismo radical é uma vertente do feminismo que se constrói a partir da ideia de que pessoas nascidas no sexo feminino e socializadas como mulheres sofrem opressões e violências exclusivas por viverem essas condições. O feminismo radical, assim como diversos outros movimentos sociais e políticos, opera de forma a valorizar e construir espaços exclusivos e protagonismos exclusivos de pessoas do sexo feminino sobre suas pautas exclusivas e contra suas opressões exclusivas.”⁴

Para as radfems, o “processo de socialização”⁵ das mulheres está conectado ao contexto biológico, é definido na gravidez, quando os pais ou mães tomam conhecimento do sexo do bebê. Se for menina, todo um arcabouço de padrões culturais é acionado para regular seu comportamento de acordo com o papel que se espera das mulheres. Segundo elas, a dominação sobre as mulheres começa a partir dos aparelhos reprodutivos e da sua capacidade de reprodução. Portanto, um homem, uma “mulher com pênis”, uma trans, não compreenderia o que elas sublinham como a “complexidade do sexismo” que recai sobre as mulheres, ou as “verdadeiras mulheres”.

Portanto, a partir desse discurso, não haveria espaço no movimento feminista para o transfeminismo. As radfems afirmam a crítica às teorias de gênero — e aos *queers*⁶ —, defendem que cada grupo se “auto-organize” com suas pautas de reivindicações e “protagonismos”, rechaçam a “autodeclaração de gênero”. Entretanto, dizem “amparar” os transhomens (homens transexuais), enfatizando que: “por terem nascido no sexo feminino, também sofrem a violência da socialização feminina, e sua autoidentificação com o gênero masculino não os livra desse processo”. Os transhomens, também denominados *boycetas* — termo que designa homens trans não binários que possuem “buceta” —, em sua maioria não fizeram cirurgias, seja para retirar as mamas, útero e ovários, ou a colpectomia — retirada total ou parcial e fechamento cirúrgico da vagina —, daí o “acolhimento” e o respeito das radfem.

As radfem revidam as supostas acusações de outros segmentos feministas, que as rotulam como transfóbicas e *terf* — trans-excludente. *Terf* é a abreviação de *trans-exclusionary radical feminist*, feministas radicais que não

aceitam a possibilidade de transexuais e travestis serem consideradas mulheres, mesmo as que fizeram operação de redesignação sexual e passaram pelo processo de hormonização. As radfems se justificam a partir do argumento dos espaços demarcados e exclusivo das mulheres na sociedade. Para elas, os chamados “espaços exclusivos” não são uma reivindicação do feminismo radical, mas o princípio de luta política de qualquer movimento social, cada qual no seu quadrado, com seu protagonismo e pautas embaixo do braço ou na ponta da língua, seja identitário, étnico-racial, orientação sexual etc., etc.

Por que as transexuais e travestis incomodam tanto as feministas radicais a ponto serem escamoteadas? As transfeministas seriam pervertidas sexuais e extravagantes, por isso não podem ser mulheres? O que e quem determina quem é e quem não é mulher?

Assim como os homossexuais, por todo o século XIX, transexuais e travestis foram vistos como “doentes do instinto sexual”⁸, considerados anormais, imorais e pervertidos, por terem uma “conduta sexual desviante”⁹. Foram acossados pela sociedade ao longo do século XX até o presente. As travestis sempre foram acusadas de disseminar doenças sexuais transmissíveis, e, recentemente, o HIV/AIDS. Foram consideradas um perigo no “seio das famílias”, por supostamente contaminarem homens de bem, pais de família, por seduzir e ludibriar jovens machos, que, na calada da noite, procuram-nas amiúde para serem atendidos na busca pelo prazer.

Enquanto transexuais e travestis estavam segregadas nos guetos, em quadriláteros marginais, eram indolores,

inofensivas, porque sabiam muito bem o seu “devido lugar” na sociedade. E quando escapavam, a polícia vinha e batia, torturava e prendia, reprimia a “desordem” para restabelecer a ordem, a moral e os bons costumes. Agora, quando saem dos guetos e periferias para transitar em outros espaços — principalmente à luz do dia — circulando por ambientes outrora referidos às pessoas normais — como escolas, hospitais, transporte público, parques, cinemas, supermercados, igrejas, banheiros femininos; quando conquistam o direito de usar o nome social em seus documentos, de serem operadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para realizar a transgenitalização; ao se afirmarem como mulheres, tornam-se seres abjetos e insuportáveis aos olhos dos cidadãos de bem, pais e mães de família, e para as radfem.

Sheila Jeffreys, pensadora feminista radical citada com recorrência nos blogs radfem, discorreu sobre o assunto no livro *Genders Hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism*. Ela assinala problemas e prejuízos causados pela noção de gênero, como o da “ideologia e a prática do transgenerismo” no interior do movimento feminista. Observa, especialmente, como estes afetam o movimento lésbico, por tornar turva a “categoria mulher” numa sociedade patriarcal e androcentrada, na qual o homem é continuamente privilegiado e a mulher indiscriminadamente subordinada. “O transgenerismo da parte de homens pode ser visto como uma apropriação cruel da experiência e existência das mulheres. Os homens que clamam ser mulheres não têm qualquer experiência de ser mulher, e, portanto, não devem ter o direito de falar como “mulheres” de fato.”¹⁰ Com esse discurso, fica claro que para as feministas radicais, as únicas que tem história e

subjetividades femininas são as que “nascem mulher” e não as que se enxergam como mulher. As radfem consideram as trans como um perigo incessante e querem controlar o enunciado “quem é a verdadeira mulher”. A esse respeito, a travesti Dani Soares afirma: “Tava acompanhando uma discussão onde umas feministas radicais fizeram a grande pergunta que elas consideram super incisiva e afrontosa pra se fazer a mulheres trans. ‘O que é ser mulher?’ Então a maravilhosa Lana Marx respondeu: ‘eu não sou mulher, sou travesti’ e isso define exatamente o que eu sinto. (...) ‘Ah mas por que vocês querem ser tratadas no feminino então?’ Porque se vocês não perceberam, nossa sociedade ainda é totalmente binária e se baseia em estereótipos de gênero. E a gente se reconhece a partir desses mesmos estereótipos, assim como vocês, mesmo que, assim como vocês, a gente não caiba neles com 100% de perfeição.”¹¹

transfeministas

Assim como o movimento feminista, o movimento LGBT também não é homogêneo. Isto se apresenta na própria discussão em torno da hierarquia na sigla: já foi GLS — Gays, Lésbicas e Simpatizantes; depois tiraram os “simpatizantes” do circuito, tornou-se GLBT — Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais; em nome da visibilidade e desigualdade de gênero entre homossexuais femininos e homossexuais masculinos, as lésbicas exigiram que a letra L fosse a primeira, daí passou a ser LGBT — Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; atualmente foram incorporadas outras categorias, que se apresentam como LGBTQIA+ — Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros ou Travestis e Transexuais, Queer,

Intersexual, Assexual e no sinal + estão incluídos os Pan-sexuais, Aliados e Andróginos.

Com essa profusão de letras na sigla, fica escancarado como a modulação, enquanto moldagem contínua e inacabada, atingiu em cheio o então chamado movimento GLS, em nome do empoderamento e da diversidade. Atualmente, o empoderamento é tema constante, entoado por todos os lados como palavra-chave de reivindicações de direitos, representatividade asseguradas por acomodações políticas garantidas pelo Estado. Somado ao discurso da diversidade, o empresariado é conclamado a investir e a “dar uma chance” de trabalho às pessoas que integram ou se sentem representadas pelos grupos minoritários.

Não à toa, o próprio empresariado com o discurso de responsabilidade social amplificado, que se diz atento à inclusão e à diversidade de gênero ou étnico-racial, também descobriu o potencial consumidor-cidadão presente em tais agrupamentos. Escolhe influenciadores digitais, ativistas, educadores, celebridades e subcelebridades, que dão visibilidade representativa em campanhas publicitárias dos mais variados produtos, consumidos e divulgados por uma massa ávida por reconhecimento e respeito. Neste circuito não há resistências, todos estão apaziguados.

A grande balela vem do discurso de fortalecimento e respeito à diversidade produzido por empresas que patrocinam eventos e defendem minorias. Com suas marcas sustentáveis, apoiadoras da inclusão irrestrita de pessoas com orientações sexuais e identidades sexuais distintas, dizem dar importância à vida daqueles que são discriminados e excluídos. Com sua “política de

diversidade” movimentam negócios milionários. No capitalismo, negócio é negócio.

A luta por direitos, inclusão, reconhecimento e visibilidade, faz com que cada agrupamento da sigla LGBTQI+ estabeleça alianças com outros movimentos sociais e reivindique reconhecimento, espaço e representatividade. A letra T de transgêneros, travestis e transexuais, sempre teve suas especificidades. Por se sentirem relegados na hierarquia da sigla, se dirigiram em busca de espaço de atuação no movimento feminista. Surge o transfeminismo.

O transfeminismo é mais um agrupamento dentro do movimento feminista, com pautas e questões que abarcam os transgêneros e as pessoas trans^{*12}. Em suas discussões, esse novo agrupamento ressalta a necessidade de reconhecimento das transexuais e das travestis como mulheres, ou “nova mulheres”. Atenta para suas particularidades, história e papéis sociais, reivindicando a inserção e o espaço de pessoas transgêneros. Reflete como as mulheres transexuais e travestis não são tratadas como as mulheres cisgênero¹³, consideradas “mulheres de verdade”.

As transfeministas entenderam a utilidade do movimento feminista pois foram ao encontro do empoderamento das mulheres no âmbito político. No entanto, foram rechaçadas pelas radfem e feministas conservadoras. Se a princípio não foram bem quistas no interior do movimento feminista, produziram uma série de críticas. Receberam contribuições das feministas negras, que acenaram com a noção de interseccionalidade numa oposição à concepção de “mulher universal”¹⁴, que figuraria entre as feministas tradicionais conservadoras: a mulher branca,

heterossexual e de classe média. A ideia de uma “mulher universal” que representa todas as mulheres se esvai, na maioria das vezes, diante das especificidades e reivindicações fragmentadas de mulheres feministas que buscam políticas públicas e denunciam os machismos em todas as esferas, inclusive o machismo incrustado no movimento LGBT.

A discriminação às transexuais e travestis é redobrada, permeada de preconceitos que tem como base de argumentação o contexto biológico por elas não terem o aparelho reprodutivo feminino. Como ser mulher sem a genitália feminina? O transfeminismo questiona a hostilidade e o moralismo das feministas autoritárias e das radfem, que se pautam na biologização dos corpos.

Sobre a implicância das feministas autoritárias e conservadoras e das radfem, em repisar que as mulheres trans não podem ser “mulheres de verdade”, Yolanda Arceno observou: “Na perspectiva conservadora, somos ao mesmo tempo demonizadas e objetificadas. Tudo sobre nós ronda em volta da noção de que nossos corpos existem para sexo. Isso tanto é verdade que somos vistas como obscenas quando estamos em público. Somos uma ameaça a crianças não por casos registrados de abuso, mas pela nossa mera presença invocar sexo nas mentes cisgêneras. A mente reacionária acha mais aceitável um casal cishet¹⁵ transando em público que uma mulher trans cuidando da sua vida em público. Somos a depravação encarnada. A visão do radfem não é muito diferente, ainda que esteja sob jargões feministas e seculares. Somos vistas como homens fetichistas que sentem tesão em se vestir de mulher e performar feminilidade.”¹⁶

É importante frisar que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), mostra que entre janeiro a agosto de 2020, ocorreram 129 assassinatos de travestis e mulheres transexuais, um aumento de 70% em relação ao mesmo período de 2019. O monitoramento da mortandade revelou o quarto aumento consecutivo neste ano¹⁷.

resistências, ou *desaquienda*

A sociedade e o Estado não extirparam os indesejáveis com suas “condutas desviantes” e “sexualidades ilegítimas”, seja bicha, viado, travesti, michê, mãe solteira, puta, biscate, cafetina, amante. A princípio, os reprimiram e, posteriormente, cederam-lhes alguns espaços demarcados, para assegurar que não incomodassem as pessoas e as famílias de bem. Em seguida, autorizaram sua movimentação contínua — desde que sob vigilância e controle, não apenas de agentes estatais, mas governando a si mesmos. A regulação do sexo levou à instituição do discurso da tolerância, inclusão e compaixão, revestido hoje como empatia.

O Estado, ao gestar o sexo, tem como alvo a população. Esquadrinhar os problemas da população para poder intervir e administrar suas questões econômicas e políticas, nada mais é do que uma tecnologia de poder. “Os governos percebem que não tem que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um ‘povo’, porém com uma ‘população’, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias (...).”¹⁸

A busca incessante por identidades conduziu grupos feministas e LGBT à modulação estatal. Ao se entenderem como cidadãos portadores de direitos, reiteraram as reivindicações de políticas públicas que são implementadas de acordo com as especificidades de cada população, seja a população feminina (negras, indígenas, trans, lésbicas, bissexuais, idosas, adolescentes etc.) ou a população LGBT, cada segmento da sigla com suas particularidades e empenho por visibilidade (visibilidade de mulheres lésbicas, visibilidade trans, visibilidade dos bissexuais). Os governantes, como condutores de consciência, pastores de rebanho, sabem muito bem como tirar proveito destas situações. Dividendos eleitorais sucedidos de leis, como a *criminalização* da lgbtphobia — *crimes* de ódio desferidos contra a população LGBT¹⁹ —, equipara-se ao *crime* de racismo, que é “inafiável e imprescritível”. Mesmo com a aprovação pelo Supremo Tribunal Federal (STF), muitos políticos tem como pauta esta bandeira. Outros tantos têm precisamente como objetivo por um fim às pautas de reivindicação LGBT, ou das mulheres, quando a temática de discussão é o aborto.

Aos poucos, todos e todas vão sendo acomodados em programas, conselhos, delegacias, casas de apoio, abrigo e outros equipamentos. Governos e organizações internacionais e da sociedade civil pesquisam, analisam e mapeiam continuamente cada gesto, onde as pessoas vivem, como vivem, se estão doentes, se têm saúde, grau de instrução, ocupação, se são empregados, desempregados, pobres, miseráveis, nem-nem (nem trabalha/nem estuda) etc. O monitoramento destas populações garante seu controle e apaziguamento, tendo como desdobramento a contenção de resistências. Mas há quem escape.

Há aqueles que não clamam por benefícios e políticas compensatórias. Simplesmente existem. Não cabem em rótulos, definições e não cultivam o sentimento de pertencer a qualquer tipo de agrupamento, pois não se trata disso. Ao recusar o Estado em suas vidas, são nomeados como loucos, marginais, delinquentes que perambulam pelas ruas, que “chocam” os bons cidadãos com sua presença *estranha*.

Alguns destes *seres estranhos* são os chamados anarco-queer. Eles não tomam parte de organizações ou grupos hierarquizados, com suas listas de reivindicações para negociar com governantes, ou para comemorar conquistas de direitos. Movimentam-se, subvertendo os ditames dos movimentos sociais, abalam as estruturas, tombam a sociedade. Os anarco-queers convulsionam. Anarquizam. “Não devemos poupar críticas ao kuir, ao trans*, ao feminismo, ao anarquismo, ao freeganismo e veganismo, a decolonialidade, enfim... são todas terminologias epistemicidas. São bandeiras que chegam já comprometidas para nós e é importante queimá-las todas juntas em uma fogueira só. Depois disso a gente pega as cinzas e mescla com nosso sangue escorrendo, nossa terra saturada, acrescenta água de chuca e envolve em folha de bananeira amarrando bem com o próprio cabelo. Isso servirá de patuá para nos ajudar sempre que precisarmos explicar racionalmente o processo de encontro ancestral que estamos traçando.”²⁰

Antes da palavra *queer* ser tragada para a sigla LGBT para contemplar pessoas que se identificam como tal e buscar a chancela de pertencer ao movimento LGBT institucionalizado, chamar alguém de *queer* era um “insulto”. O *queer* foi entendido como um ser estranho, que apresentava um comportamento duvidoso — “esquisito”;

acirramentos e tensões no movimento feminista identitário

com um visual fora dos padrões estéticos e sua sexualidade sempre posta à prova. A partir da década de 1980, uma pessoa quando se autodenominava *queer* estava no campo da resistência.²¹ Tentaram domesticar os *queers*.

Ainda que se procure enquadrar o chamado movimento *queer* no conceito guarda-chuva, os anarco-queer ou queer libertários são inclassificáveis, repudiam categorias identitárias que levam à domesticação. Eles enfrentam o poder com sua existência, a partir de suas práticas se reinventam, lançam mão da potência *queer* como insubordinação, não acatam regulações seja do Estado ou de movimentos sociais “normalizadores” como feministas e LGBT; combatem autoritarismos e se afirmam ao escaparem da sisudez das minorias identitárias. Desaqueçam!

Notas

¹ XXV – Encontro Estadual de História da ANPUH-SP - Associação Nacional de História – Sessão São Paulo. Realizado em formato online, entre 8 e 11 de setembro de 2020.

² “Primavera Feminista no Brasil” in *El País*, 12 de novembro de 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html (acesso: 07/09/2020).

³ “(...) sujeitos demarcados por identidades sexuais e de gênero que se associam às identidades jurídicas e políticas e tornam-se não só mapeáveis como fagocitados pelos chamados direitos de minorias” (Maurício M Souza. *Corpos Queer: canteiros de obras*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC-SP, 2016, p. 12).

⁴ “Radical não é terf (Sobre Feminismo Radical e as Alcinhas Misóginas de ‘Terf’ e ‘Transfobia’)” in *Biblioteca feminista*. Disponível em: <https://abibliotecafeminista.wordpress.com/vertentes/feminismo-radical/> (acesso: 25/08/2020).

⁵ Larbac. “O Feminismo também é um Campo Minado” in *Medium.com*, 08 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-feminismo-tamb%C3%A9m-%C3%A9-um-campo-minado-fee69367867> (acesso: 25/08/2020).

⁶“(…) conceito autodefinido para designar pessoas não-heterossexuais e/ou pessoas fora do código binário de gênero” (Maurício M. Souza, 2016, op. cit., p. 9).

⁷ Jupi77er. “Eu sou ‘Boyceta’ — a Validação de um Corpo Transmasculino não-binário” in *Medium.com*, 04 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://medium.com/@JUPI77ER/eu-sou-boyceta-a-valida%C3%A7%C3%A3o-de-um-corpo-transmasculino-n%C3%A3obin%C3%A1rio-151f3f49905c> (acesso: 07/09/2020). “(...) Boyceta é identidade e não pode ser apagada. Deixa que nós transveados e transmasculines possamos criar nossos caminhos, com nossos corpos, nossas bucetas e nosso direito de existir” (Idem).

⁸ Michel Foucault. *Os Anormais*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

⁹ Michel Foucault. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Tradução de Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guillhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, 2001.

¹⁰ Sheila Jeffreys. *Genders Hurts: a feminist anaylis of the politics of transgenderims*. Reino Unido, Routledge, 2014, p. 11.

¹¹ Dani Soarez. “O que é ser Mulher?’ Sou Travesti” in *Transfeminismo*, 12 de março de 2020. Disponível: <https://transfeminismo.com/o-que-e-ser-mulher-sou-travesti/> (acesso: 25/08/2020).

¹² “O termo trans pode ser a abreviação de várias palavras que expressam diferentes identidades, como transexual ou transgênero, ou até mesmo travesti. Por isso, para evitar classificações que correm o risco de serem excludentes, o asterisco é adicionado ao final da palavra transformando o termo trans em um termo guarda-chuva [*umbrella term*] — um termo englobador que estaria incluindo qualquer identidade trans ‘embaixo do guarda-chuva’. *Trans* como termo guarda-chuva*”. (“Trans* como termo guarda-chuva” in *Transfeminismo*. Disponível em: <https://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/> — acesso: 25/08/2020).

¹³ “Uma pessoa cis é aquela que politicamente mantém um status de privilégio em detrimentos das pessoas trans*, dentro da cisnorma. Ou

acirramentos e tensões no movimento feminista identitário

seja, ela é politicamente vista como ‘alinhada’ dentro de seu corpo e de seu gênero”. (“O que é Cissexismo?” in *Transfeminismo*. Disponível em: <https://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/> — acesso: 25/08/2020).

¹⁴ Hailey Kaas. “O que é Transfeminismo? Uma breve Introdução”, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/371874/mod_resource/content/0/Encontro%206%20-%20O-que-%C3%A9-Transfeminismo.pdf (acesso: 07/09/2020).

¹⁵ Abreviação da palavra “cisgênero” e “heterossexual”.

¹⁶ Yolanda Arceno. “A Hipersexualização da Mulher Trans: entre o radfem e o conservadorismo” in *Transfeminismo*, 21 de setembro de 2019. Disponível em: <https://transfeminismo.com/a-hipersexualizacao-da-mulher-trans-entre-o-radfem-e-o-conservadorismo/> (acesso: 25/08/2020).

¹⁷ ANTRA. “Assassinatos contra travestis e transexuais brasileiras em 2020”, Boletim nº 04/2020 - 01 de janeiro a 31 de agosto de 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/09/boletim-4-2020-assassinatos-antra-1.pdf> (acesso: 29/09/2020).

¹⁸ Michel Foucault, 2001, op. cit., p. 28.

¹⁹ Alexandre Putti. “Por 8 x 3, Supremo aprova criminalização da LGBTfobia” in *Carta Capital*. 12 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/por-8-a-3-stf-aprova-a-criminalizacao-da-lgbtfobia/> (acesso: 11/09/2020).

²⁰ “Anti-Projeto AnarcoFake, o acerto de contas de Mogli Saura com o ativismo político radical” in *Monstruosas*. Disponível em: <https://monstruosas.milharal.org/> (acesso: 29/08/2020).

²¹ Nu-Sol. “Hypomnemata 178 – Direitos, casamentos e igualdades: quem escapa da força?”, julho de 2015. Disponível em: <https://www.nu-sol.org/blog/hypomnemata-178/> (acesso: 01/10/2020).

Resumo

Os acirramentos entre as transfeministas e as radfems explicitam disputas no interior dos movimentos identitários. Em meio à profusão de siglas e argumentos moralistas e autoritários, o artigo sinaliza para as resistências no que ainda escapa.

Palavras-chave: feminismo radical, transfeminismo, resistências.

Abstract

The aggravations between the transfeminists and the radfems show the disputes within the identity movements. Amidst the profusion of acronyms and moralistic and authoritarian arguments, the article points out the resistance in what still escapes.

Keywords: Radical feminism, Transfeminism, resistences.

Aggravations and Tensions in the Feminist Identity Movement: Radfems Versus Trans, Lúcia Soares.

Recebido em 11 de setembro de 2020. Confirmado para publicação em 15 de setembro de 2020.